

Luís Grosso Correia

A evolução demográfica da Freguesia do Bonfim da cidade do Porto na Época Contemporânea¹

ABSTRACT

This article was demanded by the parish of Bonfim in the city of Porto in the 1990's. It was presented in 1999, but not published. The aim of the present work is to define the specific identity of the socio-demographic development of the Bonfim parish in the context of the city of Porto during the 19th and 20th centuries. The results presented are based on the data available in the period, both from the local or religious authorities and from the official statistics.

A freguesia do Bonfim era, com os seus 34.497 habitantes, em 31 de Dezembro de 1991 a quarta freguesia mais populosa da cidade do Porto.

O Bonfim, que em termos populacionais absolutos, foi a primeira freguesia da cidade do Porto entre 1890 (22.512 habitantes) e 1930 (38.418 habitantes), atingiu o pico da sua evolução demográfica em 1950 (42.501 habitantes). Desde este ano, e à semelhança de outras freguesias centrais e pericentrais da cidade do Porto, o Bonfim entrou numa fase de involução demográfica, excepção feita ao período inter-censitário de 1970-1981.

Os dados estatísticos mais recentes denotam esta tendência de crescimento negativo: o saldo natural da freguesia foi em 1997 de 303 nados-vivos contra 418 óbitos². Uma outra abordagem possível, sobre esta conjuntura demográfica, poderá ser ainda indicada pelo número médio de filhos por mulher em idade fértil (15-49 anos) que em 1981 era de 0,81, ou seja, quase três vezes inferior ao índice de 2,1 (2,1 filhos por mulher), que é aquele que assegura a substituição das gerações.

Para o presente trabalho histórico-demográfico vamos seguir o fio do devir histórico da freguesia do Bonfim. Assim, iremos reter a nossa atenção no período anterior a 1838-1841 (anos estes que balizam a criação *de jure* e *de facto* da freguesia) e nele tentar reconstituir a evolução demográfica do Bonfim, no período compreendido entre 1841 e 1864 e, por último, no período estatístico que se abre em 1864 e que decorre até ao recenseamento geral da população portuguesa de 1991.

Terminaremos o presente estudo com o esboço das lógicas geracionais, familiares e urbanas que em finais do século XX se começam a configurar em contexto urbano.

1. O conhecimento da população portuense, em particular, e nacional, em geral, anterior a 1 de Janeiro de 1864, data do primeiro recenseamento da população nacional, caracteriza-se por uma série de documentos não sistemáticos mais orientados por preocupações políticas, fiscais e económicas do que por procedimentos de rigorosa análise quantitativa ou estatística.

Desde o século XII que é possível periodizar a história da estatística em Portugal a partir de uma série de documentos com algumas preocupações de carácter quantitativo, a saber:

- os *róis* (séculos XII-XVI) que registam, em particular, factos de carácter excepcional como a contagem das forças militares (arrolamento dos besteiros com D. Diniz, por exemplo), os réditos fiscais (sobre os

¹ O presente estudo é o resultado de uma encomenda feita pela Junta de Freguesia do Bonfim do Concelho do Porto. Os resultados do estudo foram apresentados em conferência pública proferida no Salão Nobre da mesma Junta de Freguesia, em 25 de Fevereiro de 1999. É, por isso, um trabalho original que ficou por publicar e que assume as marcas do tempo, ou seja, é um trabalho datado de finais da década de 1990 que não entra em linha de conta com as dinâmicas da população e os estudos conexos desenvolvidos ao longo da primeira década do século XXI.

² Cf. *Anuário Estatístico da Região Norte – 1997, 1998.*

- tabeliães), a enumeração de bens (Mosteiro de Grijó – 1364-1365), rendimentos e despesas do Estado (Inquirições e Confirmações, Livros de Contas Municipais...);
- numeramentos e corografias (1527-1776), documentos que marcam o início da formação de uma mentalidade quantitativista no processo político-institucional da construção do Estado moderno e do dinâmico desenvolvimento da economia de mercado desde a escala local à escala planetária. Os numeramentos, ou melhor, as contagens da população vão surgir no século XVI de uma forma mais organizada e sistematizada tendo nos corregedores de comarca a figura central do seu processo de execução. Deste século data ainda o aparecimento de importantes instrumentos para o conhecimento aproximado das populações, como as corografias, as geografias e a cartografia;
 - os cadastros (1776-1852) – dentro do espírito racionalista das Luzes e do advento de teorias económicas de inspiração fisiocrática, tornou-se premente a inventariação e o conhecimento das potencialidades das nações. Dentro desta linha serão dados os primeiros passos no sentido da criação de um organismo que especificamente cuidasse de estudar, numa perspectiva quantitativa, os temas, assuntos e rubricas passíveis de serem transformados em números e quantidades e que procedesse à sua análise lógica e metódica por categorias de análise (população, actividades económicas, contas públicas...). Assim, em 1841 é criada a Secção de Estatística e Topografia na dependência da inspecção-Geral de Obras Públicas do Ministério do Reino;
 - a era estatística (a partir de 1852) – o ano de 1852 demarca a criação do Ministério das Obras Públicas, ministério este que vai adoptar o sistema métrico decimal (tendo por base o metro e o segundo); em 1857 é criada, dentro do ministério, a Comissão Central de Estatística do Reino, que, dois anos mais tarde, será convertida em Repartição de Estatística; em 1864 é realizado o primeiro censo populacional de Portugal e a partir de 1875 dá-se início à publicação do *Annuario Estatistico*.

A partir do último quartel do século XIX são normalizados «os inquéritos a efectuar e promovem-se operações de recolha directa de dados, aplicando-se e desenvolvendo-se técnicas e processos matemáticos de representação e distribuição estatística»³.

2. O conhecimento da população da cidade do Porto pode ser reconstituído a partir de 1527, ano do primeiro *numeramento* da população portuguesa ordenado por D. João III. A cidade e os seus arrabaldes (Santo Ildefonso, Cordoaria, Miragaia, Massarelos, Gaia, Vila Nova e Meijoeira) contariam com 3.006 fogos⁴, os quais corresponderiam a uma população aproximada de 12.000 a 15.000 habitantes⁵.

O cadastro populacional seguinte foi elaborado em 1623 pelo bispo do Porto, D. Rodrigo da Cunha. Para toda a restante centúria de Seiscentos não é conhecido mais nenhum outro recenseamento da população⁶.

Com o século XVIII uma nova mentalidade em relação à *contagem da gente* dará os seus primeiros passos. Para tanto contribuiu a Academia Real de História (fundada em 1720 e que congregava um vultuoso número de pessoas que acompanhavam de perto as novidades do Iluminismo transpirenaico), a reforma pombalina da Universidade (1772), a fundação da Academia Real das Ciências (1779) e os alvares do pensamento político-liberal. «Ora, e a essa conclusão pretendemos chegar, nessa lenta mutação das mentes e da cultura é que se insere a crescente preocupação com as realidades correntes da existência nacional – a geografia, a cartografia, o inquérito regional, os projectos cadastrais e a contagem da gente»⁷. Será à luz desta corrente cultural que irá surgir ao longo de Setecentos, e no que directamente concerne à população portuense, uma série de levantamentos, quer do número de fogos, quer do número de habitantes, a saber:

- i) em 1732 – a *Geographia Historica* de D. Luis Caetano de Lima;

³ Sousa, 1995: 21. Foi ainda nesta obra que se fundamentou a periodização da história da estatística em Portugal ora apresentada em forma de breve preâmbulo.

⁴ Por *fogo* é designada toda a «casa ou local habitado por uma só família, entendendo-se por família qualquer grupo de pessoas, vivendo juntas, ou mesmo uma só pessoa vivendo independente» (cf. *Censo da População no Reino de Portugal no 1º de Dezembro de 1890*. Lisboa: MOPCI/Imprensa Nacional, 1896, p. CI), ou ainda, o «prédio ou a parte de prédio destinados à habitação de uma só família ou convivência» (cf. *VIII Recenseamento da População no Continente e Ilhas Adjacentes em 12 de Dezembro de 1940*. Lisboa: INE, 1945)

⁵ Cf. Jorge, 1899: 109.

⁶ Cf. Santos, 1978.

⁷ Serrão, 1973: 21.

- ii) em 1758 – o *Diccionario Geographico de Portugal*, o qual, em 27 volumes, congregou as *memórias paroquiais*, remetidas pelas curas de uma parte das freguesias do país, que foram elaboradas de acordo com os *Interrogatorios* formulados pelo padre Luís Cardoso e enviados pela Secretaria de Estado dos Negócios do Reino através dos bispos⁸;
- iii) em 1787 – *A descrição topográfica e histórica da cidade do Porto* de Agostinho Rebelo da Costa;
- iv) em 1794 – o estudo mais tarde designado por *Geografia e Economia da Província do Minho nos fins do século XVIII*, elaborado por José Gomes Villas Boas, engenheiro do Real Corpo de Engenheiros;
- v) em 1798 – o *Censo de Pina Manique*, obra do intendente-geral de D. Maria I;
- vi) e ainda, embora já entrados no século XIX, mas respirando na mesma atmosfera mental dos recenseamentos anteriores, o *Recenseamento de 1801* ordenado pelo Conde de Linhares.

A reconstituição da população da freguesia do Bonfim anterior ao período da sua criação como circunscrição administrativa (1838-1841) só foi possível, dentro das limitações das fontes utilizadas, para os anos de 1822 e 1833.

Ressalva-se o facto de a fonte utilizada para este último ano não fornecer a informação completa e necessária para a análise e compreensão global da população da futura freguesia à época devido ao seu carácter acentuadamente militar⁹. Daí que só viesse a ser possível reconstituir, a partir da fonte de 1833, alguns parcos dados relativos às condições habitacionais, designadamente os focos de pobreza e as *ilhas*, da população residente.

A reconstituição aproximada mais fiável e completa da população da futura freguesia do Bonfim só foi possível realizar para o ano de 1822, quando, após a Revolução Liberal de 1820, foram publicadas as listas dos cidadãos eleitores¹⁰. Para tanto houve a necessidade de reconfigurar o espaço da futura freguesia a partir da toponímia das ruas, travessas, vielas, praças e lugares¹¹ e depois contabilizar o número de fogos pertencentes a esses mesmos locais.

Em 1822 a mais populosa e maior freguesia da cidade, Santo Ildefonso, parecia já reunir as condições para criar uma cisão interna e dar origem a uma nova freguesia. Esta freguesia, a ser criada, viria, previsivelmente, a adquirir um peso proporcional considerável ao se afigurar como a quarta freguesia mais populosa da cidade.

Dos levantamentos anteriormente referidos (1623 a 1822) foram extraídos os dados relativos à população da cidade do Porto segundo as suas freguesias de referência, acrescidas da futura freguesia do Bonfim¹² (ANEXO 1).

3. A cidade do Porto era composta por sete freguesias em 1836: Sé, Vitória, S. Nicolau, Santo Ildefonso, Cedofeita, Miragaia e Massarelos. Por Decreto de 26 de Novembro de 1936 foram-lhe anexadas as freguesias de Lordelo do Ouro, S. João da Foz e Campanhã. Por carta de Lei de 27 de Setembro de 1837 é integrada na cidade a freguesia de Paranhos.

A desigual distribuição da área urbana e dos habitantes pelas freguesias da cidade exigiu uma reforma destas circunscrições administrativas. Assim, por iniciativa do Bispo da cidade e com sanção superior, por parte da Câmara Municipal e do Administrador Geral do Distrito, é aprovado, por Portaria de 13 de Fevereiro de 1838, o plano de arredondamento das freguesias da cidade do Porto. Esse plano, realizado por uma comissão constituída pelo Bispo, Câmara Municipal e Juntas de Paróquia, previa a desagregação da freguesia mais populosa da cidade desde 1787, Santo Ildefonso, abrindo-se lugar, assim, para a criação da freguesia do Senhor do Bonfim.

Criada *de jure* em 1838, a freguesia do Bonfim só se constituiu *de facto* como circunscrição administrativa em 1841, através do *Plano de divisão e arredondamento das Paróquias da Cidade do Porto* decretado a 18 de Dezembro por D. Maria II.

⁸ Das memórias paroquiais respeitantes à cidade do Porto só temos conhecimento de duas que foram impressas: a de Massarelos e de Cedofeita (cf. *O Tripeiro*, 1964-1965). As demais memórias paroquiais da cidade permanecem nos documentos originais depositados no Arquivo Nacional da Torre do Tombo.

⁹ Cf. AHMP (Arquivo Histórico Municipal do Porto) – *Recenseamento dos Bairros de Santa Catarina e Santo Ovidio*, 1833, Livros nº 2037 e 2038. Segundo a nossa contagem, a futura freguesia do Bonfim contaria, à época, com 752 fogos, dos quais apenas 543 eram habitados, isto, lembre-se, em pleno Cerco do Porto no contexto das guerras liberais.

¹⁰ Cf. «Mappa das assembleas eleitoraes no circulo da freguezia» in *Borboleta Constitucional*, nº 229, de 11.10.1822. Esta lista foi publicada pelo juiz e vereadores do Senado da Câmara do Porto.

¹¹ Essa reconstituição teve por base os seguintes documentos: *Edital*. Câmara Municipal do Porto, 29.12.1841; as plantas topográficas da cidade do Porto de 1813, 1834, 1839, 1865 e 1892; o *Registo dos cidadãos que podem votar nas presentes eleições para deputados e senadores – 1838-1840* (AHMP, Livro 225); RAMOS, Félix – *Roteiro do Porto concluído em Abril de 1896*, ed. do autor.

¹² A fonte de 1795 não foi por nós integrada nesta reconstituição do Bonfim anteriormente a 1838-1841 devido ao seu carácter lacunar (cf. AHMP – *Listas das Companhias de Ordenanças do concelho do Porto ... que contem da Freguezia de Santo Ildefonso*. Livros nº 4450 e 4454). Segundo esta fonte, a futura freguesia do Bonfim contaria apenas com 153 fogos, número este que, no nosso entender, subrepresenta a população previsível para a área a ocupar pela freguesia se tomarmos em linha de análise os valores e proporções da freguesia de Santo Ildefonso.

O *Edital* camarário de 29 de Dezembro desse mesmo ano justificava o plano de divisão e arredondamento das freguesias nos seguintes termos: «além de muito necessário e conveniente para todos os efeitos civis e judiciais, se torna de evidente utilidade ao serviço eclesiástico, porque segundo a distribuição nelle proposta pôde cada hum conhecer mais distintamente as suas ovelhas, nutri-las com o pasto espiritual, e acudir-lhes melhor do que até agora com o frequente socorro e prompta administração dos sacramentos». A partir deste excerto, reconhecessem facilmente as motivações dos promotores da ideia de criação da nova freguesia da cidade do Porto.

Com vista a tornar rigoroso o trabalho de reconstituição demográfica de uma freguesia urbana num período pré-estatístico, tornou-se fundamental proceder à cartografia toponímica da área em análise. Nesta linha, houve a necessidade de identificar e cartografar os contornos físicos da freguesia do Bonfim a partir do seu documento fundador, o *Plano de divisão e arredondamento das Paróchias da Cidade do Porto*¹³, a saber:

Principa na Praça das Flores, ou Fôjo – sobe pela parte do Norte à rua do Amparo a entrar pela Rua, que vai ter a Salgueiros – comprehende a Povoia de Baixo, e de Cima, na parte que pertencia a Santo Ildefonso – e d’ahi vai seguindo ao Largo da Aguardente pelos antigos limites da Parochia de Santo Ildefonso – desce à Rua Bella da Princeza d’ambos os lados até à Travessa da Fontinha – sobe pela dita Travessa à Rua nova de Vinte e Quatro d’Agosto – segue pela nova Rua junto à Quinta dos Congregados – a Rua de S. Jeronymo – comprehendendo a Rua de Fernandes Thomaz até à Viella de Malmerendas = e d’abi à Rua Vinte e Três de Julho – e voltando pela Rua da Murta, que lhe fica pertencendo, vem pela Travessa da Nora ao Reimão e segue até ao lado do Camarão – vai pela Viella da Senhora das Dores até ao Passeio das Fontainhas – desce até ao Rio Douro, subindo pelo Rego Lameiro até à Capella do Padrão de Campanhã. Continuando pela Lomba até fechar na Igreja desta Parochia do Bonfim. Ficão pertencendo a esta Parochia todas as Ruas, Travessas, Viellas e Bêcos incluídos na linha do arredondamento da mesma.

Os contornos da recém-criada freguesia do Bonfim foram por nós traçados sobre a base cartográfica de 1892¹⁴ em ordem a tornar mais visível a área por ela ocupada (ANEXO 2).

5. Com base no plano de arredondamento ou nova demarcação das freguesias da cidade do Porto aprovado pela Portaria de 13 de Fevereiro de 1838, operou-se nesse mesmo ano, sob a supervisão do estatista Miguel Franzini, um recenseamento da população do Porto cujos resultados foram publicados no *Diário do Governo* nº 94 de 1840.

Este recenseamento da cidade foi considerado por Ricardo Jorge como o melhor feito na cidade do Porto em meados do século XIX¹⁵. Por este facto, os resultados apresentados pelo recenseamento de Franzini que tinham por unidade de cálculo o fogo foram reanalisados por aquele médico portuense¹⁶ em ordem a ponderar o número de habitantes correspondente a cada fogo (ANEXO 3).

6. O percurso pela história demográfica do Porto que temos vindo a analisar – todo ele fundamentado em levantamentos populacionais desprovidos de grande rigor quantitativo, já para não dizer estatístico – demonstra-nos, antes de entrarmos na fase estatística, que a cidade registou, no período de 1623 a 1864, um crescimento moderado se tomarmos em consideração a respectiva taxa de crescimento médio anual: 1,02%.

Por outro lado, se se considerar que a mesma taxa é de 1,92% para o período que decorre entre 1838 e 1864, parece possível afirmar que os dois últimos terços do século XIX vão ser determinantes para o lançamento de um forte crescimento demográfico, o qual será contemporâneo, complementar e/ou convergente com outros crescimentos: o industrial, o comercial e o urbano.

É neste processo de modernização da cidade do Porto que, doravante, iremos abordar a evolução demográfica da freguesia do Bonfim.

7. A necessidade de conhecer com rigor a população portuguesa nas suas diferentes categorias (género, idade, estado civil, instrução, naturalidade ...) levou as autoridades governamentais a iniciar o seu recenseamento periódico,

¹³ *Edital*. Câmara Municipal do Porto, 29.12.1841.

¹⁴ Agradecemos a amabilidade e solicitude com que a Doutora Helena Madureira disponibilizou parte da base cartográfica por si digitalizada (de que se serviu com vista à preparação da dissertação de mestrado em Planeamento Urbano que apresentou à Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto) e que foi por nós utilizada no Anexo 2. Aproveita-se igualmente a oportunidade para reconhecer e agradecer o trabalho desenvolvido pelo Dr. Miguel Nogueira, do Gabinete de Cartografia da FLUP, a nível das bases cartográficas do concelho do Porto que em muito aproveitaram ao presente estudo.

¹⁵ Cf. Jorge, 1899: 118.

¹⁶ Cf. Jorge, 1897: 104.

metódico e sistemático a partir de 1864. Desde então, a melhoria da qualidade e a complexificação da informação recolhida foi uma constante ao longo dos censos populacionais que se lhe seguiram: 1878, 1890 ... 1981, 1991¹⁷.

A evolução demográfica da freguesia do Bonfim entre 1864 e 1991 é caracterizada por duas tendências de sinal contrário: crescimento positivo até 1950 e crescimento negativo a partir deste ano, com excepção do crescimento pouco significativo registado no período inter-censitário de 1970-1981 (ANEXO 4)¹⁸.

O ano de 1950 é, assim, o pico da evolução demográfica da freguesia, ao passo que a cidade do Porto, no seu todo, continua a aumentar os seus efectivos até 1981 (exceptua-se o período inter-censitário de 1960-1970, no qual todo o país recuou em termos demográficos devido aos fortes fluxos emigratórios).

Perante os resultados apresentados, é possível distinguir seis fases na evolução global da população do Bonfim que a seguir passamos a analisar.

7.1. 1864-1911 – Fase que corresponde ao período de maior vitalidade da freguesia. Neste intervalo de 47 anos a população da freguesia regista um forte e contínuo crescimento, chegando quase a triplicar o número dos seus efectivos. É possível destacar no período em análise duas sub-fases de crescimento: a sub-fase de 1864-1890, na qual se descortina um crescimento populacional acelerado; e a sub-fase seguinte (1890-1911), caracterizada por um crescimento assaz forte, mas que, a avaliar pelas taxas de crescimento médio anual, fica aquém da sub-fase anterior.

É de assinalar ainda que no período intercensitário de 1864-1890 o Bonfim passará do quarto para o primeiro lugar das freguesias mais populosas da cidade do Porto, mantendo esta posição até 1930¹⁹.

No seu conjunto, o Porto regista um crescimento moderado, comparativamente ao da jovem e pujante freguesia do Bonfim, embora no período em análise (1864-1911) a cidade conheça uma das suas fases de maior crescimento.

O recenseamento da população de 1890 demarca, a um tempo, o pico do período de mais forte crescimento da cidade do Porto e da freguesia do Bonfim na época contemporânea. Aliás, o Bonfim chega a ser, segundo o recenseamento populacional de 1890, a segunda freguesia mais populosa do país, logo atrás da freguesia lisboeta de Santa Isabel.

Para melhor se compreender este crescimento excepcional, há que entrar em linha de conta na nossa análise, não apenas com o saldo natural do concelho do Porto, mas também com o papel regulador desempenhado pela imigração (ANEXO 5). Como se pode constatar a partir dos resultados apresentados, em 1890, os residentes no Bonfim são na sua quase maioria estranhos à própria freguesia e com grande margem de segurança se pode afirmar que eles seriam na sua maioria estranhos ao concelho do Porto. A freguesia do Bonfim parece ter sido construída, a nível populacional, de fora para dentro, ou seja, por imigrantes que ora vinham das freguesias mais populosas do centro histórico da cidade, ora para ela se encaminhavam pelos fluxos do êxodo rural. Temos assim de considerar o importante papel desempenhado pela micro-mobilidade, intra-citadina, pela meso-mobilidade, intra-distrito do Porto, e, com maior projecção, pela macro-mobilidade, ou seja, a migração de maior distância (nacional e internacional) a nível do crescimento demográfico quer do Bonfim, quer da cidade do Porto.

É curioso referir que a cidade do Porto foi à época adjectivada pelo médico Ricardo Jorge como uma cidade *cemiterial*. Cemiterial, já pelos elevados índices de mortalidade (que se manterão até à década de 1920), já pelos elevados índices de natalidade. Estes elevados índices quase que se anulavam mutuamente, fazendo com que o crescimento demográfico da cidade fosse, na sua maioria animado mais pelo saldo migratório do que pelo saldo natural da população residente (ANEXO 6).

Face aos resultados apresentados, poder-se-á afirmar que existe no interior da cidade do Porto uma vincada diferenciação espacial dos indicadores gerais dos comportamentos demográficos (natalidade, mortalidade e nupcialidade): morre-se mais no núcleo histórico, onde existe uma maior densidade populacional, do que na zona da *Vilarinha* (Aldoar e Nevogilde); «as freguesias com maior população operária, como o Bonfim, apresentam a

¹⁷ O recenseamento de 1864 foi elaborado de acordo com métodos estatísticos modernos e com as orientações dos congressos internacionais de estatística de Bruxelas (1853) e Paris (1855). A partir de 1877, Portugal adoptou as directrizes do Congresso Internacional de Estatística de S. Petersburgo (1872), as quais defendiam a realização dos censos populacionais de 10 em 10 anos, nos anos terminados em zero. O cumprimento dessa directiva iniciou-se em 1890, foi excepcionalmente interrompida em 1910 (pelo adiamento do censo para o ano seguinte) e, por fim, foi alterado em 1981. A partir deste ano, Portugal, a fim de se harmonizar com as normas em vigor na então Comunidade Económica Europeia, passou a recensar a população de 10 em 10 anos, nos anos terminados em um (cf. Carrilho, 1991: 11-17)

¹⁸ Em ordem a garantir termos de comparação, a inteligibilidade e a avaliação dos resultados apurados para o Bonfim considerou-se, por bem, a apresentação dos valores respeitantes ao seu contexto demográfico integrador e mais directo: o concelho do Porto.

¹⁹ Nesta data é ultrapassada pela freguesia de Cedofeita. Em 1991, o Bonfim era a quarta freguesia da cidade do Porto em termos de volume de habitantes, logo atrás, e por ordem decrescente, das freguesias de Paranhos, Campanhã e Ramalde.

par de uma alta natalidade, taxas de mortalidade elevadas²⁰; registam-se diferenças assinaláveis a nível das taxas de nupcialidade – extremamente baixas em Miragaia (3,9‰) e elevadas na já referida *Vilarinha* (9,9‰); a nível da natalidade temos uma variação entre os 24‰ de Miragaia e os 43‰ de Ramalde²¹.

7.2. 1911-1920 – Neste período, que identificamos como a segunda fase de evolução da freguesia do Bonfim, verifica-se um enfraquecimento súbito do ritmo de crescimento. A taxa de crescimento anual obtida (0,6%) evidencia bem a natureza dos condicionalismos impostos a uma dinâmica demográfica de forte expansão que se desenhou na fase anterior. A I Grande Guerra, que atingiu cerca de 10 mil portugueses, entre mortos e estropiados, as epidemias de gripe pneumónica de 1918-1919 que vitimaram cerca de 102.750 pessoas em todo o país, e a emigração galopante nas duas primeiras décadas do século XX²² poderão enquadrar as causas explicativas desta fase de desaceleração no crescimento da freguesia.

7.3. 1920-1950 – Neste período podemos distinguir duas sub-fases: uma que vai de 1920 a 1925 e outra que decorre entre 1925 e 1950.

Na primeira é retomado o ritmo de crescimento anterior a 1911. Este comportamento demográfico é bastante significativo dado que a freguesia acabava de sair de uma fase de fraco crescimento causado pelos fenómenos político-militares, biológicos e sociais anteriormente assinalados. Na segunda sub-fase o Bonfim entra num período de gradual e significativo enfraquecimento do ritmo de crescimento demográfico, tendência esta que acabará mesmo por inverter o sinal do crescimento no período inter-censitário seguinte.

Como já anteriormente foi relevado, os crescimentos do Bonfim, em particular, e da cidade do Porto, em geral, registados até ao ano de 1925 são contemporâneos, por um lado, de grandes problemas de saúde pública (epidemias várias, condições de salubridade pessoal e social deploráveis...) e, por outro, de um crescimento natural muito ténue da população do concelho. Este último factor remete-nos, necessariamente, para a ponderação do papel fundamental desempenhado pela imigração no crescimento populacional da cidade, já que as micro-variáveis mortalidade e fecundidade apresentavam um saldo positivo muito ténue.

O período inter-censitário de 1925-1950 é particularmente significativo para a freguesia do Bonfim, já que a freguesia deixa o grupo que liderava o crescimento da cidade do Porto e passa, gradualmente, a integrar o conjunto das freguesias que regista taxas de crescimento médio anual inferiores à média do concelho do Porto. Este comportamento populacional é, assim, um claro sinal da reorientação do processo de fixação de residência para as freguesias periféricas da cidade, quer da zona oriental (Campanhã e Paranhos), quer da zona ocidental (Ramalde, Aldoar, Nevogilde, Foz e Lordelo).

²⁰ Pereira, 1995: 51.

²¹ A juntar aos resultados apresentados, podemos destacar, em particular, as crises de mortalidade de 1899 e 1918, que mais não fazem que potencializar a tendência para a plurimorbilidade da população do Porto. Em 1899, num estudo realizado a partir dos Boletins Mensais de Estatística Sanitária (Maia, 1995), as afecções primordiais foram introduzidas pelo sarampo, principalmente junto das crianças e com maior incidência na Primavera. A eclosão violenta de enterites nos meses de Verão irá roubar a vida principalmente às crianças (até 5 anos); a tuberculose é responsável por 60% dos óbitos dos adultos entre os 20 e 29 anos; bronquites e pneumonias vêm crescer as suas taxas de incidência junto das crianças devido à epidemia em circulação: a peste bubónica.

No ano anterior à crise de 1918, as enterites continuavam a representar a causa maior de óbitos (18%) seguida da tuberculose (13%) e de outras afecções do foro pulmonar. O ano de 1918 conheceu duas grandes vagas epidémicas de gripe que, associadas à epidemia de tipo exantemático, atravessam todo o Portugal, fazendo as taxas brutas de mortalidade ultrapassar os 40‰ a nível nacional e os 45‰ na cidade do Porto. A primeira epidemia, a «gripe espanhola», fez-se sentir entre os meses de Junho e Julho, atingiu o seu pico em finais do Junho, fez crescer a mortalidade citadina devido, sobretudo, às afecções do trato respiratório. A segunda vaga, a «influenza pneumónica», iniciou-se em Agosto e, embora de transmissão mais lenta, revelou-se mais mortífera que a anterior: localizada inicialmente em Vila Nova de Gaia, estendeu-se a todo o país através do exército. Esta crise pneumónica, para além de coexistir com afecções intestinais, estava associada a um surto de varíola, que atingiu a sua expressão máxima em 1919. O ano de 1918 conheceu ainda o surto virulento do tifo exantemático que, sob a forma de febres tifóides, vai subsistir em estado endémico não só no Porto como em comunidades piscatórias da costa portuguesa (aliás, o seu primeiro foco eclodiu em Espinho no ano de 1917).

O estado patogénico da mortalidade da cidade do Porto entre 1880 e 1920 evidencia uma estrutura de mortalidade com as seguintes características:

- elevada mortalidade infantil, causada essencialmente por infeções bacterianas decorrentes da má qualidade do leite e da água;
- elevada mortalidade juvenil causada por doenças do trato respiratório e por deficiente nutrição;
- mortalidade adulta significativa nas idades de 20 a 30 anos devido à tuberculose pulmonar.

A quebra da taxa de mortalidade da cidade do Porto iniciar-se-á a partir da década de 20 e, em 1937, situar-se-á abaixo dos 20‰.

²² Emigração que, à época, se orientava predominantemente para o Brasil. A título de ilustração, basta referir que o ano de 1912 foi o recordista de saídas de efectivos populacionais até aí registadas: 89.000 indivíduos a nível nacional (cf. Arroeteia: 1983).

O ano de 1925 demarca o ponto de inversão da tendência de forte crescimento, que vinha caracterizando a população da freguesia do Bonfim desde 1864, salvaguardando a especificidade já referida do período de 1911-1920. Surge então, a partir de 1925, uma tendência de fraco crescimento populacional, que virá a culminar com as taxas de crescimento negativas registadas no período seguinte.

7.4. 1950 e 1970 – As duas décadas deste período balizam a quarta fase da evolução demográfica da freguesia do Bonfim. Esta fase é caracterizada pela tendência decrescente da população, tendência esta que é mais vincada para o decénio 1960-1970.

Apesar da involução demográfica do Bonfim, a população do concelho do Porto, no seu conjunto, continua em expansão até 1960, iniciando só depois uma evolução negativa, aliás comum a todo o país, até 1970. As causas desta tendência decrescente verificada na década de 60 são por demais conhecidas: a forte emigração (sobretudo clandestina), agora orientada fundamentalmente para a Europa transpirenaica e, em menor grau, a guerra colonial que eclode a partir de 1961.

Estes comportamentos derivam de um processo conhecido na evolução das cidade: a progressiva periferação da fixação residencial. Assim, se desde finais do século XIX as freguesias centrais (Sé, S. Nicolau, Vitória e Miragaia), ditas históricas, registam um ténue crescimento ou mesmo um crescimento negativo da sua população, em simultâneo, as freguesias pericentrais como Santo Ildefonso, Cedofeita e Bonfim aumentam os seus efectivos populacionais, em particular as duas últimas freguesias referidas até meados do nosso século. Não é, desta forma, surpreendente a diferenciação dos ritmos demográficos e urbanísticos entre a área central e a periferia do concelho do Porto, nem a manutenção de um crescente ritmo de crescimento, lançado em finais do século XIX, das freguesias de Paranhos, Ramalde, Campanhã e, de mais recente data, Aldoar.

7.5. 1970-1981 – A quinta fase da evolução demográfica da freguesia do Bonfim corresponde a um período de ténue crescimento, o qual é, sobretudo, animado pelo movimento de retorno dos portugueses das ex-colónias²³ e pela inflexão dos fluxos migratórios, ou seja, reduz-se o número de emigrantes e aceleram-se os movimentos de regresso.

Num país com larga tradição de emigração, e desde que os serviços estatísticos nacionais apresentam resultados capazes de apurar o saldo migratório, Portugal regista, pela primeira vez, um ano com saldo migratório positivo (1974) seguido dos anos seguintes até 1981. No período compreendido entre 1974 e 1981, entraram em Portugal 677.046 efectivos populacionais, dos quais 182.190 eram emigrantes portugueses regressados da Europa, Estados Unidos da América e Canadá, entre outros.

7.6. 1981-1991 – Se considerarmos que a recuperação demográfica de 1970-1981 foi um entre-acto, a última fase da evolução demográfica da freguesia do Bonfim parece entroncar no processo de involução que se abriu a partir de 1950, com a particularidade de agora se registar o agravamento das tendências dessa evolução negativa. Assim, neste período atinge-se a taxa de evolução mais negativa que a freguesia conhece na era estatística e que remete a nossa explicação para os efeitos de num fenómeno demográfico contemporâneo e actual: a segunda transição demográfica²⁴.

²³ O crescimento médio anual da população portuguesa ao longo da década de 70 regista um pico em 1974 de 4,40%, que deixa ao longe a taxa, também elevada, registada em 1973 (2,64%) e a taxa média dos restantes anos da década ($\approx 0,50\%$) (cf. Nazareth, 1988: 112).

²⁴ Para entendermos este conceito de segunda transição demográfica temos que, em primeiro lugar, analisar sucintamente o modelo com grande poder explicativo para a evolução demográfica dos dois últimos séculos: a transição demográfica. Este modelo tem várias fases:

- Fase de pré-transição, em que os níveis de mortalidade e de natalidade são muito elevados e com níveis próximos, o que implica a existência de um crescimento lento da população;
- Fase da transição demográfica propriamente dita, que se decompõe em duas etapas: um primeiro período em que a mortalidade declina, a natalidade permanece num nível elevado e em que se regista um importante crescimento da população; um segundo período em que a mortalidade mantém a tendência de declínio e a natalidade começa a declinar; o crescimento da população continua, mas em ritmos e proporções inferiores à do período anterior.
- Fase de pós-transição, em que os níveis de mortalidade e de natalidade são pouco elevados e com níveis semelhantes; consequentemente, os níveis de crescimento populacional são muito baixos e tendendo para o zero (cf. Nazareth, 1988: 63).

A cidade do Porto, de uma maneira geral, passou, num período de 100 anos, de elevadas taxas de mortalidade e natalidade para taxas mais baixas (trata-se do fenómeno comum a todo o Ocidente europeu denominado por transição demográfica), as quais, por seu turno, relevam um fenómeno muito actual: o crescimento zero ou negativo da população ou, segundo teorias mais recentes sobre os modernos comportamentos demográficos, a segunda transição demográfica. A ideia fundamental da transição demográfica é, como anteriormente foi analisado, a da passagem de um estado de equilíbrio entre os elevados níveis de mortalidade e de fecundidade para um outro estado de equilíbrio, em que mortalidade e fecundidade apresentam níveis baixos, na sequência ou paralelamente a um processo de modernização. Este baixos níveis de mortalidade e fecundidade evoluíram para uma situação extrema, fazendo mesmo o crescimento natural das populações tender para o zero. Esta tendência para a estagnação ou mesmo involução do crescimento demográfico levanta questões de tal forma complexas

8. A evolução demográfica do Bonfim atrás analisada não deve levantar no leitor a ideia de que a freguesia se encontra a atravessar um processo de desertificação populacional. Bem longe disso, não obstante a perda de efectivos populacionais, a freguesia do Bonfim é ainda uma das freguesias mais povoadas do concelho Porto. Assim, o Bonfim, quer em 1900, quer em 1991, era uma freguesia que se encontrava acima da média do concelho de habitantes por quilómetro quadrado (ANEXO 7).

Numa análise mais rigorosa aos resultados apresentados, podemos relevar que em 1900 o Bonfim registava uma média de 8.654 habitantes por km², ao passo que a média concelhia se situava nos 3.978 habitantes por km². Em 1991, as mesmas médias eram, respectivamente, de 11.310 habitantes por km² contra 6.626 habitantes por km².

9. A evolução demográfica da freguesia do Bonfim não é fruto de um processo original. No conjunto das freguesias da cidade do Porto, o Bonfim acompanha de perto o gradual processo, desde a Idade Média até à actualidade, de periferização das zonas residenciais (ANEXO 8).

Assim, a fixação de residências parece avançar, numa primeira etapa, que poderemos situar em toda a centúria de Oitocentos e na primeira metade do século XX, do núcleo histórico para a primeira coroa de freguesias pericentrais (Santo Ildefonso, Cedofeita e Bonfim) e depois para as freguesias mais periféricas da cidade do Porto.

Não obstante o carácter algo rigoroso da análise registada no parágrafo anterior, ele, contudo, não esgota a inteligibilidade do desenvolvimento populacional e urbano da cidade do Porto. Assim, para o período de transição do século XIX para o século XX (o período do mais forte crescimento populacional registado na cidade), «mais do que o crescimento tentacular, o crescimento do Porto resulta, de facto, do crescimento das suas “aldeias”, destes núcleos periféricos, que mantêm até tarde uma identidade própria»²⁵.

No entanto, é forte a atracção que a cidade do Porto exerce sobre o Norte do país, área da sua maior influência económica, social, cultural e demográfica, pelo que, na segunda metade do século XX, é inegável o crescimento que os concelhos limítrofes da cidade tiveram à luz do conceito de periferização da fixação da residência. Este fenómeno mantém ainda toda a sua actualidade se atentarmos nos resultados apresentados pelo último *Anuário Estatístico* (ANEXO 9).

O concelho do Porto apresenta-se como a área com um comportamento demográfico de sinal contrário aos demais concelhos da área metropolitana da sua influência. E, assim, voltámos ao início deste ponto de análise: a evolução demográfica da freguesia do Bonfim não é fruto de um processo original, mercê da sua inclusão num conjunto de freguesias urbanas que já perderam toda a dinâmica de crescimento populacional.

10. Os resultados apresentados demonstram que a cidade do Porto passou, num período de 100 anos, de elevadas taxas de mortalidade e natalidade para níveis mais baixos das mesmas taxas, só que, desta feita, num quadro sócio-demográfico muito diferente e muito actual: o crescimento zero ou negativo da população, ou, se quisermos, o fenómeno, já anteriormente caracterizado, da segunda transição demográfica.

Esta tendência que caracteriza o período intercensitário de 1981-1991, torna-se mais evidente se se considerar que 50,4% das mulheres activas entre os 15 e 49 anos de idade não tinham, segundo o recenseamento de 1981, qualquer filho, ou, numa outra leitura possível, tendem a adiar a concepção e a restringir o número de filhos (ANEXO 10). Este comportamento não é exclusivo do Bonfim mas de todo o país, pois que Portugal já não consegue, desde 1982, assegurar a substituição das gerações. Isto é o índice sintético de fecundidade, ou melhor, o número médio de filhos por mulher situava-se nos 2,127 (ou melhor ainda, 2.127 filhos por cada 1.000 mulheres em idade fértil) em 1981, o que ainda permitia a substituição das gerações. Mas, logo a partir de 1982 esse índice cai para 2,071, para continuar a regredir de forma gradativa até 1992 e aí se fixar em 1,546²⁶. O comportamento da população da freguesia do Bonfim, neste domínio, compara-se ao das populações dos países do norte da Europa, ao apresentar em 1981 um índice sintético de fecundidade na ordem dos 0,814, isto é, nasciam 814 crianças por cada 1.000 mulheres activas entre os 15 e os 49 anos de idade. Ora esse valor é quase uma terça parte do número de nascimentos que permitem a substituição das gerações: 2.100/1.000 mulheres (índice 2,100).

que começa a emergir a ideia de uma segunda transição demográfica, assente em atitudes socio-demográficas que podem ser consideradas de «individualistas». Se a «primeira transição demográfica aparece ligada a processos tais como a modernização, a industrialização, a urbanização e o laicismo» (Nazareth, 1991: 41), a segunda transição demográfica, com o contínuo declínio da fecundidade, leva a um recuo demográfico provocado pela emergência de novos comportamentos centrados à volta de duas noções fundamentais: os direitos do indivíduo e a realização pessoal (no fundo, um contexto social e demográfico de carácter menos solidário e mais individualista).

²⁵ Pereira, 1995: 49.

²⁶ Cf. Carrilho, 1993.

Os factores explicativos da queda da fecundidade extravasam o campo puramente demográfico e devem ser alocados na malha socio-económica da sociedade portuguesa contemporânea. O progresso da medicina e a redução da mortalidade, sobretudo infantil, o adiamento do casamento e, conseqüentemente, o adiamento do nascimento do primeiro filho, a difusão dos métodos de contracepção, o prolongamento da esperança de vida escolar dos jovens, a dificuldade dos jovens no acesso ao primeiro emprego, o aumento da qualificação académica e da actividade das mulheres, as estratégias de afirmação social e profissional do casal, entre outros, são factores sociais explicativos para os padrões de comportamento anteriormente referidos²⁷.

Por outro lado, este fenómeno deve ser enquadrado pela evolução da estrutura etária e sexual da população do Bonfim.

11. O desequilíbrio do número de efectivos populacionais entre os sexos é «um fenómeno que tende a agravar-se com a idade, o que traduz o fenómeno da sobremortalidade masculina às diferentes idades, bem expressa na diferença de esperança de vida à nascença, entre os dois sexos»²⁸. A distribuição dos efectivos populacionais denota um desequilíbrio favorável ao sexo feminino à medida que a idade vai aumentando. Isto é, segundo os recenseamentos de 1878 e 1991 regista-se «uma proporção de nascimentos de um e outro sexo sensivelmente iguais, com uma ligeira predominância dos rapazes; facto assinalável é o da grande estabilidade desta relação de masculinidade ao nascimento, que é geralmente da ordem de 105 nascimentos masculinos para 100 nascimentos femininos»²⁹. Nas idades mais avançadas observa-se a inversão desta relação de masculinidade que traduz os efeitos combinados, por um lado, da maior mortalidade infantil e emigração masculinas e, por outro, da maior longevidade feminina (ANEXO 11).

No entanto, pode-se constatar a partir dos resultados apresentados que as populações de 1878 e 1991 são muito dissemelhantes: em 1878 temos uma população que se caracteriza por uma estrutura etária extremamente jovem, com um potencial de crescimento fisiológico muito elevado; em 1991 temos uma população envelhecida, aliás, duplamente envelhecida: no topo e na base.

Sinais da já aludida quebra da fecundidade e de atitudes e comportamentos sociais e demográficos mais individualistas, que deverão ser combinados com o processo de periferização das áreas de residência.

12. Uma outra forma de se avaliar a evolução da estrutura da população é através da sua distribuição por grandes grupos funcionais (ANEXO 12).

Destaca-se, na evolução apresentada, o crescimento do volume de idosos, o recuo dos jovens e o aumento da população activa, não obstante de esta se encontrar em fase de progressivo envelhecimento.

Uma outra abordagem alternativa à evolução da estrutura da população do Bonfim poderá ser executada mediante a avaliação dos índices de envelhecimento e de dependência da sua população (ANEXO 13).

Não obstante a mudança de metodologia de análise, os resultados continuam a relevar a enorme quebra que o grupo dos jovens teve na freguesia no período inter-censitário de 1981-1991, que é contemporâneo de um fenómeno de sinal inverso por parte do grupo dos idosos. Este grupo chega mesmo, no período considerado, a fixar-se como o segundo grupo etário mais importante da freguesia, operando-se, assim, uma radical alteração da estrutura da população do Bonfim.

Aliás, este fenómeno não é exclusivo da população do Bonfim, nem da população portuense: trata-se de um fenómeno nacional com um enquadramento europeu (ANEXO 14). Portugal que, no quadro comunitário europeu, ainda é considerado um país com uma população jovem começa gradualmente a aproximar-se do modelo demográfico da Europa ocidental, caracterizado por um duplo envelhecimento. Tanto envelhece no topo da pirâmide etária, com o avolumar do grupo dos idosos, e dos grandes idosos (maiores de 85 anos); como envelhece na base, com a contínua regressão do grupo dos jovens.

13. Novas lógicas geracionais, familiares e urbanas.

A inversão da relação entre o volume de idosos e o de jovens exige a reconceptualização dos comportamentos demográficos, designadamente a nível da relação entre as gerações, da estruturação das famílias e da concepção das áreas urbanas.

²⁷ Cf. Carrilho e Peixoto, 1993: 10.

²⁸ Carrilho, 1991: 23.

²⁹ Tapinos, 1985: 35.

Os idosos são ainda encarados, em Portugal, numa perspectiva miserabilista, com a concentração dos esforços na construção de albergues, lares e asilos com vista a enquadrar os reformados de parques recursos económicos, e numa perspectiva estritamente financeira, com os esforços desenvolvidos pelos poderes públicos no sentido de encontrar os recursos adequados para fazer face ao progressivo envelhecimento populacional. Porém, a previsível explosão demográfica das terceira (50-64 anos) e quarta (75 e mais anos) idades, irá tornar estas categorias populacionais num poderoso grupo de pressão a nível político, o que, em tempo oportuno, poderá implicar a reivindicação de equipamentos médico-sanitários adequados (mais especialistas em gerontologia, por exemplo), «asilos com equipamentos sofisticados, meios financeiros adequados e uma estrutura de produção-consumo adaptada a esta situação»³⁰.

O recuo dos jovens obrigará necessariamente, por exemplo, a uma reestruturação dos sistemas educativo e formativo. Estes sistemas deverão apostar, por um lado, na requalificação e inovação educacionais, desde a relação professor-aluno até às soluções curriculares dos diferentes cursos, e, por outro, no previsível aumento da esperança de vida escolar dos jovens, que, conseqüentemente, poderá implicar o alargamento da escolaridade obrigatória e do acesso ao ensino superior graduado e pós-graduado.

A população activa, que, na actual conjuntura, ainda detém um volume de efectivos capaz de aguentar o esforço fiscal, social e económico necessário para acorrer às necessidades de solidariedade social, encontra-se em processo de envelhecimento acelerado. Os desafios lançados a esta categoria funcional da população poderão colocar-se, sobretudo, nas idades terminais, mercê da reconversão tecnológica e organizacional do tecido empresarial e das alterações da estrutura das necessidades de mão-de-obra.

As mutações relacionadas com a instituição familiar, base tradicional da sociedade, colocam-se quer a nível quantitativo (dimensão e número), quer a nível qualitativo (relações entre os seus membros, a idade ao casamento, o divórcio...). As mutações das famílias têm conseqüências demográficas (sobretudo sobre a nível da fecundidade), sociais (por exemplo, nas tipologias das habitações a construir) e económicas (em particular, nos modos de consumo e no mercado de trabalho). As representações subjectivas relacionadas com a carreira profissional e com a valorização económica e social, a vulgarização do emprego feminino, o aumento da distância entre o local de trabalho e o local de residência..., acarretam consigo «um conjunto de problemas relacionados com a integração familiar dos idosos, das crianças e dos doentes»³¹.

O movimento de concentração das populações em núcleos urbanos continua a efectuar-se, só que desta feita já não tem a cidade do Porto por principal centro de fixação, mas sim os concelhos circunvizinhos. Aparentemente paradoxal, este movimento limitou-se a derivar os seus interesses de fixação urbana para a periferia da sede área metropolitana em virtude do elevado preço da habitação na cidade do Porto. O Grande Porto continua a ser um *alfobre de gente*, como diria Ricardo Jorge, só que a cidade do Porto já não consegue captar o êxodo rural, nem fazer crescer naturalmente a sua população. O Grande Porto parece caminhar no sentido de um maior equilíbrio espacial e populacional a nível dos seus concelhos, sendo, no entanto, de ressaltar o papel aglutinador que a cidade do Porto exerce sobre essa mesma área e o Norte de Portugal. O Porto continua a oferecer um conjunto de postos de trabalho, serviços e informações vitais para a realização pessoal e profissional, bem como para a realização de projectos colectivos, pelo que a cidade vive cada vez mais dos movimentos pendulares da populações circunvizinhas que a ela vêm trabalhar, estudar, comprar, vender, recrear-se, divertir-se, fruir dos diversos equipamentos culturais, entre outros.

Na actual conjuntura, a cidade do Porto, em geral, e a freguesia do Bonfim, em particular, devem tomar consciência da sua fragilidade demográfica. Fragilidade essa que entronca no progressivo envelhecimento das suas populações (mercê do aumento da esperança de vida); na incapacidade de inverterem o sinal negativo do crescimento natural dessas mesmas populações (o que potencializa ainda mais o envelhecimento da população, só que desta feita a partir da base da pirâmide etária); nas novas atitudes, representações e comportamentos sócio-económicos que se têm vindo a desenvolver, de uma maneira geral, na sociedade portuguesa; na estrutura dos respectivos mercados imobiliários (incapaz de competir com os preços mais baratos dos concelhos circunvizinhos do Porto) e, conseqüentemente, na incapacidade de reverterem a seu favor os fluxos do processo de periferização das residências.

³⁰ Nazareth, 1988: 103.

³¹ *Ibidem*: p. 104

FONTES

- AHMP (Arquivo Histórico Municipal do Porto) – *Recenseamento dos Bairros de Santa Catarina e Santo Ovidio, 1833*, Livros nº 2037 e 2038.
 AHMP, *Registro dos cidadãos que podem votar nas presentes eleições para deputados e senadores – 1838-1840*, Livro nº 225
 AHMP – *Listas das Companhias de Ordenanças do concelho do Porto ... que contem da Freguezia de Santo Ildefonso*. Livros nº 4450 e 4454
Anuário Estatístico da Região Norte – 1997. INE: 1998.
Boleto Constitucional, nº 229, de 11.10.1822.
Censos da População no Continente. Lisboa: Imprensa Nacional/INE (1864-1991).
Edital. Câmara Municipal do Porto, 29.12.1841.
 Plantas topográficas da cidade do Porto de 1813, 1834, 1839, 1865 e 1892

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARROTEIA, Jorge C., 1983 – *A emigração portuguesa – suas origens e distribuição*. Lisboa: Instituto de Cultura e Língua Portuguesa.
 CARRILHO, Maria José, 1991 – “Aspectos demográficos e sociais da população portuguesa no período 1864-1981: evolução global do continente português”, *Estudos Demográficos*, nº 30, Lisboa: Instituto Nacional de Estatística, p. 11-30.
 CARRILHO, Maria José, 1993 – “O processo de envelhecimento em Portugal: que perspectivas...?”, *Estudos Demográficos*, nº 31, Lisboa: Instituto Nacional de Estatística, p. 75-98.
 CARRILHO, Maria José; PEIXOTO, João, 1993 – “A evolução demográfica em Portugal entre 1981 e 1992”, *Estudos Demográficos*, nº 31, Lisboa: Instituto Nacional de Estatística, p. 7-19.
 JORGE, Ricardo, 1897 – *Origens e desenvolvimento da população do Porto. Notas históricas e estatísticas*. Porto: Typographia Occidental.
 Idem, 1899 – *Demographia e hygiene da cidade do Porto*. vol I., Porto: Câmara do Porto/Repartição de Saúde e Hygiene.
 MAIA, João M., 1995 – “Padrões de mortalidade e transição sanitária no Porto (1880-1920)”, *População e Sociedade*, nº 1, Porto: Centro de Estudos da População e Família, p. 233-243.
 NAZARETH, J. Manuel, 1988 – *Princípios e métodos de análise da demografia portuguesa*. Lisboa: Editorial Presença.
 Idem, 1991 – “Portugal na Europa Comunitária no final dos anos oitenta”, *Estudos Demográficos*, nº 30, Lisboa: Instituto Nacional de Estatística. p. 41-45.
 Idem, 1993 – “A demografia portuguesa no contexto da Europa Comunitária no início dos anos noventa”, *Estudos Demográficos*, nº 31, Lisboa: Instituto Nacional de Estatística.
O Tripeiro, 6ª série, Ano IV-V, 1964-1965
 PEREIRA, Gaspar Martins, 1995 – *Famílias portuenses na viragem do século (1880-1910)*. Porto: Edições Afrontamento.
 RAMOS, Félix, s/d. – *Roteiro do Porto concluído em Abril de 1896*, s/l.: ed. do autor.
 SANTOS, Cândido dos, 1978 – «A população do Porto de 1700 a 1820», *Revista de História*, vol. I, Porto: Centro de História da Universidade do Porto.
 SEARN (Secretaria de Estado do Ambiente e Recursos Naturais), 1988 – *Portugal – Atlas do Ambiente. Carta Administrativa – Notícia explicativa*. Lisboa: SEARN.
 SERRÃO, Joel, 1973 – *Fontes de demografia portuguesa. 1800-1862*. Lisboa: Livros Horizonte.
 SOUSA, Fernando de (org.), 1995 – *História da estatística em Portugal*. Lisboa: Instituto Nacional da Estatística.
 TAPINOS, Georges, 1985 – *Élément de demographie*. Paris: Armand Colin.

Anexo 1:

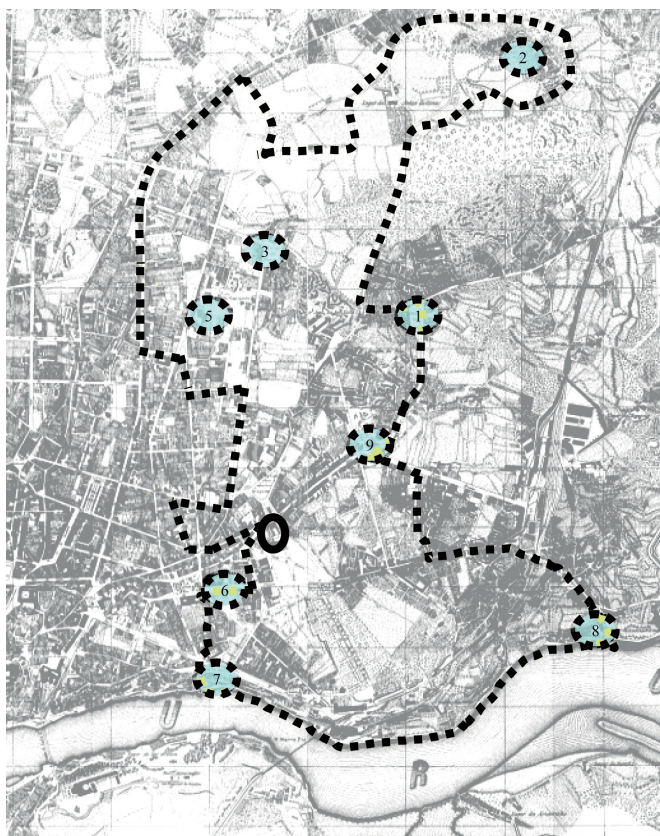
Evolução da população do Porto segundo o número de fogos e de habitantes, por freguesias (1623-1822).

Freguesias	População da cidade do Porto											
	1623	1732	1787		1794		1798	1801		1822		
	Hab.	Hab.	Hab.	Fogos	Hab.	Fogos	Fogos	Hab.	Fogos	Hab.*	Fogos	
Cedofeita	411	985	4.061	805	4.061	805	1.206	5.469	1.312	7.202	1.861	
Massarelos	1.094	1.184	1.545	324	1.545	324	322	1.424	322	1.320	341	
Miragaia	1.398	1.809	2.757	661	2.463	650	615	2.830	657	2.322	600	
Santo Ildefonso	1.150	4.747	18.814	4.390	14.444	4.462	4.572	16.546	4.709	24.614	6.360	
[Bonfim]	-	-	-	-	-	-	-	-	-	[4.625]	[1.195]	
S. Nicolau	3.578	4.458	5.289	1.374	3.394	924	998	3.799	990	3.696	955	
Sé	6.055	7.836	13.892	3.185	10.065	2.113	2.356	10.167	2.335	9.114	2.355	
Vitória	2.400	3.864	5.652	1.281	3.496	1.089	1.099	3.983	1.000	4.420	1.142	
Total	16.086	24.883	52.010	12.020	39.468	10.367	11.164	44.218	11.345	52.688	13.614	

* O coeficiente multiplicador do número médio de indivíduos por fogo utilizado (3,87) foi ponderado tendo em consideração os coeficientes utilizados em 1801 (4,1), 1834 (3,87) e 1841 (3,87).

ANEXO 2:

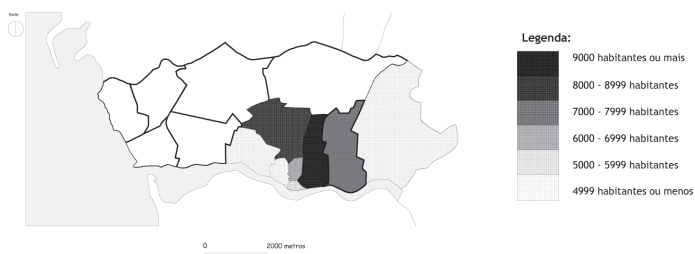
A Freguesia do Bonfim em 1841 (base cartográfica de 1892).



Legenda: 1 – Praça das Flores; 2 – Salgueiros; 3 – Póvoa; 4 – Largo da Aguardente; 5 – Quinta dos Congregados; 6 – Reimão; 7 – Passo das Fontainhas; 8 – Rego do Lameiro; 9 – Igreja do Bonfim

ANEXO 3:

População da cidade do Porto por freguesias em 1838



Fonte: *Diário do Governo*, nº 94 de 1840; JORGE, 1897, p. 104.

ANEXO 4:

Evolução da população do Bonfim, concelho do Porto e Portugal continental segundo as taxas de crescimento médias anuais (1864-1991).

Censos	Bonfim			Concelho do Porto			Portugal (Continente)		
	f	1	2	f	1	2	f	1	2
1864 *	10.721	-	100,0	89.349	-	100,0	3.927.392	-	100,0
1878 *	15.240	3,02	142,2	110.707	1,71	123,9	4.303.660	0,66	109,6
1890*	22.512	3,98	210,2	146.454	2,69	163,9	4.713.319	0,76	120,0
1900	26.395	1,72	246,4	165.729	1,32	185,5	5.039.744	0,67	128,3
1911	31.493	1,76	294,0	191.890	1,44	214,8	5.586.053	0,94	142,2
1920	33.402	0,67	311,8	202.310	0,60	226,4	5.668.232	0,16	144,3
1925 "	37.368	1,50	348,8	215.738	1,33	241,5	-	-	-
1930	38.418	0,56	358,6	229.794	1,30	257,2	6.340.797	1,13	161,4
1940	41.260	0,74	385,2	258.518	1,25	289,4	7.218.882	1,31	183,8
1950	42.501	0,30	396,8	281.406	0,88	315,0	7.921.913	0,93	201,7
1960	42.103	-0,09	393,1	303.424	0,78	339,6	8.292.975	0,46	211,2
1970	37.925	-0,99	354,0	301.655	-0,06	337,6	8.074.960	-0,27	205,6
1981	38.605	0,16	360,4	327.368	0,77	366,4	9.336.760	1,33	237,7
1991	34.497	-1,12	321,8	302.472	-0,91	338,5	9.862.540	0,55	251,1

1 - taxa de crescimento médio anual;

2 - índice de evolução em percentagem (1864 = 100);

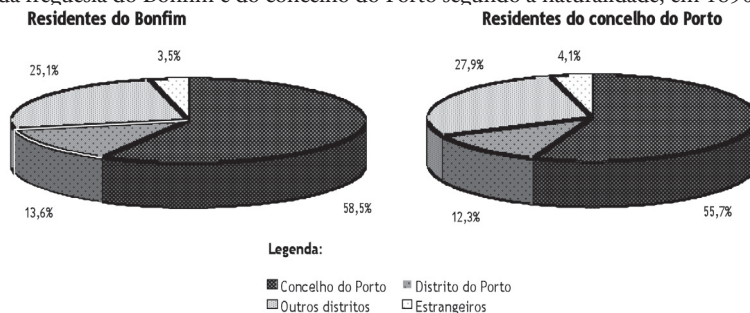
* - população legal. Os totais do concelho do Porto incluem as freguesias de Aldoar, Nevogilde e Ramalde que até 1895 fizeram parte do concelho de Bouças, hoje Matosinhos.

" - Recenseamento Excepcional da População das cidades de Lisboa e Porto.

Fonte: Recenseamentos da População para os anos indicados.

ANEXO 5:

Residentes da freguesia do Bonfim e do concelho do Porto segundo a naturalidade, em 1890 (em %).

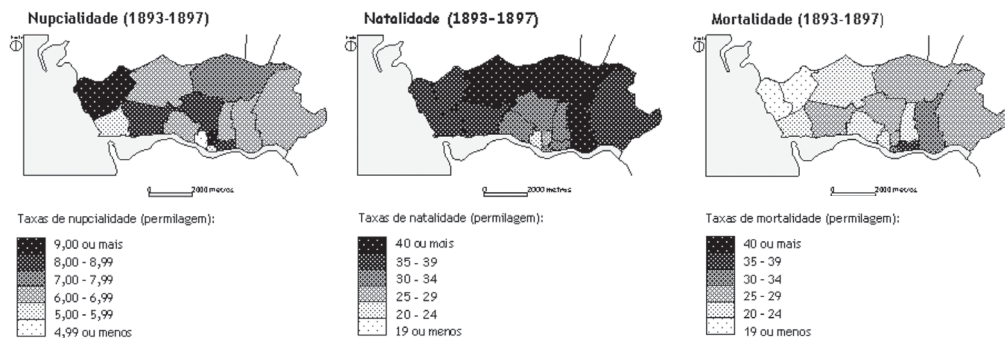


Fonte: *Censo da População* de 1890

Fonte: *Censo da População* de 1890.

ANEXO 6:

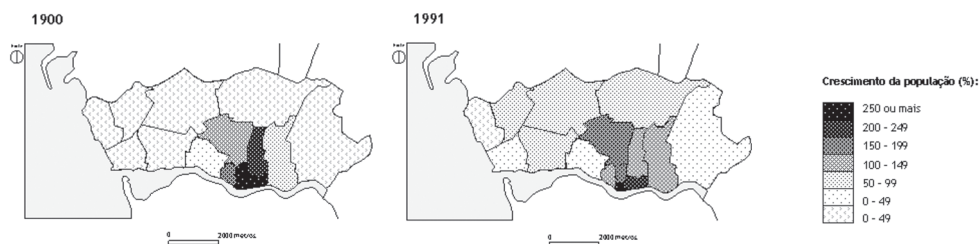
Variáveis demográficas segundo as freguesias do concelho do Porto (1893-1897).



Fonte: Ricardo Jorge, 1899.

ANEXO 7:

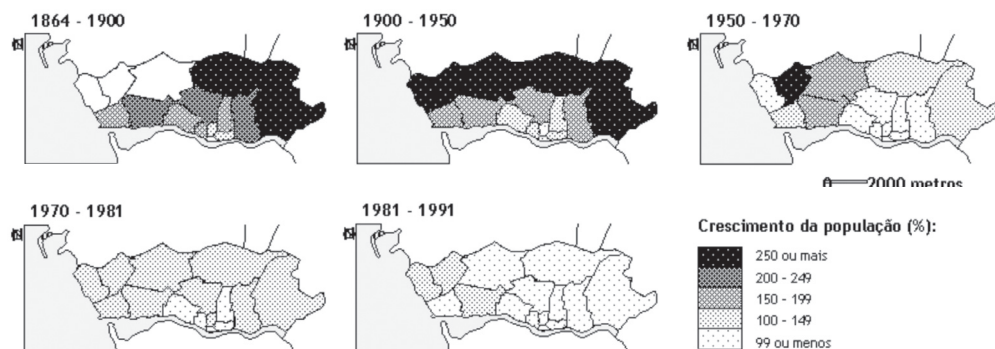
Evolução da densidade populacional das freguesias do concelho do Porto entre 1900 e 1991 (segundo as áreas totais das freguesias em 1988)



Fonte: *Censos da População* (1900 e 1991) e SEARN (1988).

ANEXO 8:

Evolução demográfica das freguesias do Porto segundo os ritmos de crescimento populacional do Bonfim (1864-1991)



Fonte: *Censos da População* (1864-1991).

ANEXO 9:

População do Grande Porto segundo as variáveis demográficas em 1997 (estimativa).

Circunscrição	População residente		Variáveis demográficas			
	1991	1997	T. Natalidade	T. Mortalidade	Saldo Natural	T. Nupcialidade
Portugal	9.867.147	9.934.110	11,1	10,8	0,3	6,4
Grande Porto	1.167.800	1.191.740	11,8	9,0	2,8	7,0
Espinho	34.956	35.950	12,4	7,4	4,9	9,1
Gondomar	143.178	150.420	12,1	7,7	4,4	6,3
Maia	93.151	100.640	13,2	7,7	5,5	6,8
Matosinhos	151.682	162.290	11,1	8,1	2,9	6,6
Porto	302.472	276.070	10,1	12,2	-2,1	6,9
Póvoa de Varzim	54.788	57.540	14,9	8,5	6,4	9,2
Valongo	74.172	79.380	11,8	6,8	5,0	7,5
Vila do Conde	64.836	66.820	13,3	8,4	4,9	8,7
V. N. Gaia	248.565	262.630	12,3	8,4	3,9	6,7

Fonte: Anuário Estatístico de 1997. Lisboa: INE: 1998.

ANEXO 10:

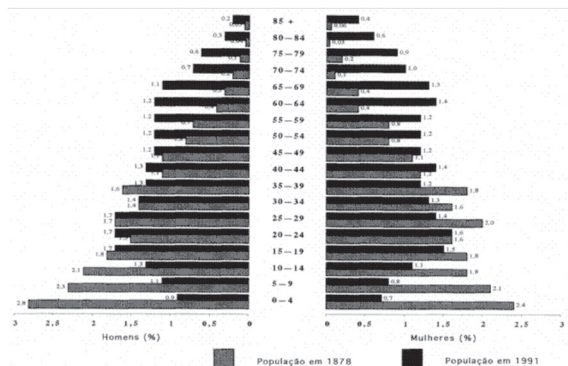
Mulheres dos 15 aos 49 anos segundo o número de filhos descendentes (com elas residentes) – Bonfim, 1981.

Idades	Número de filhos						Total	%
	Sem filhos	1	2	3	4	5 e +		
15-19	482	27	2	-	-	-	511	7,7
20-24	809	202	39	5	-	-	1.055	15,9
25-29	619	458	188	25	-	1	1.291	19,5
30-34	398	406	353	73	8	1	1.239	18,7
35-39	295	251	293	94	20	8	961	14,5
40-44	309	187	197	79	26	9	807	12,2
45-49	428	176	97	44	11	5	761	11,5
Total	3.340	1.707	1.169	320	65	24	6.625	
%	50,4	25,8	17,6	4,8	1,0	0,4		100

Fonte: Censo de 1981 – Quadros não publicados. Lisboa: INE, 1983.

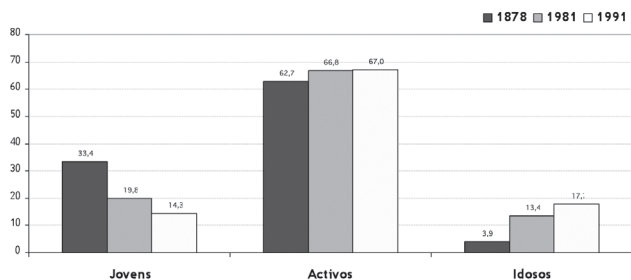
ANEXO 11:

População da freguesia do Bonfim segundo os grupos etários em 1878 e 1991 (em %).

Fonte: *Censos da População* para os anos indicados.

ANEXO 12:

População do Bonfim segundo os grupos funcionais (1878, 1981 e 1991).



Fonte: *Censos da população* para os anos indicados.

Anexo 13:

Índices de envelhecimento e dependência da população do Bonfim em 1878, 1981 e 1991.

Índices da População do Bonfim (em %)

Ano	Envelhecimento	Dependência Total	Dependência Jovens	Dependência Idosos
	1	2	3	4
1878 *	11,8	59,3	53,1	6,2
1981	68,0	49,7	29,6	20,1
1991	123,5	47,1	21,1	26,0

Legenda: 1 – Idosos/Jovens; 2 – Jovens+Idosos/Activos; 3 – Jovens/Activos; 4 – Idosos/Activos. *Jovens: 0-14 anos; Idosos: 65 e mais anos; Activos: 15-64 anos*

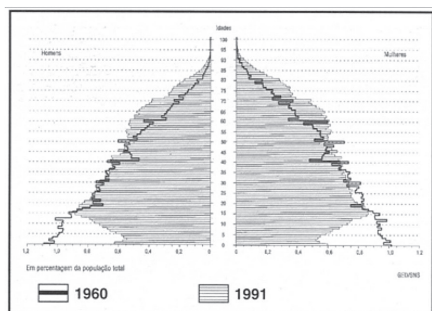
* Um conceito importante a reter, para melhor se compreender a população em 1878, é de que à época o trabalho infantil não encontrava qualquer obstáculo de natureza legal, social ou cultural. A título de exemplo, basta atentar no *Relatório Industrial* de 1881, o qual refere amíde aprendizes do género masculino de 9 anos de idade e do género feminino de 10 anos de idade.

Fonte: Censos da População para os anos indicados.

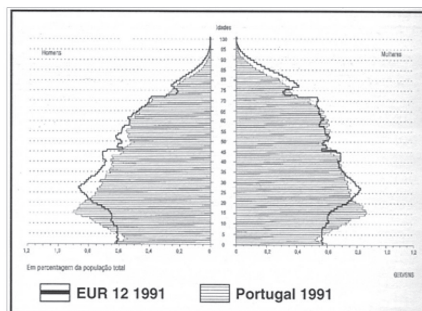
ANEXO 14:

Evolução da estrutura etária da população portuguesa entre 1960 e 1991 e estrutura etária portuguesa e da Comunidade Económica Europeia em 1991

Portugal 1960-1991



Portugal e Europa Comunitária em 1991



Fonte: M. J. Carrilho, 1993